

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR¹

Izabel Petraglia²
José Ângelo Ferreira³

Resumo

Movidos pelo desafio de conhecer estudos realizados sobre o Programa Universidade Para Todos - PROUNI, atualizando um conjunto de estudos que compuseram o estado da arte do Programa e de divulgar sobre este saber, mapeou-se a produção acadêmica discente dos programas nacionais de pós-graduação *stricto sensu* nos últimos anos identificando as categorias estudadas pelos pesquisadores: Inclusão Social e Profissional, Democratização do Ensino Superior, Política Neoliberal e Influência e Motivação Familiar, sendo a categoria Democratização do Ensino Superior o objeto deste trabalho. A pesquisa foi centrada no PROUNI, sobre. As pesquisas aqui indicadas, consideraram, que o Programa democratiza parcial e totalmente o Ensino Superior, garantindo a inclusão de uma parcela da população que não teria acesso a uma vaga na universidade pública.

Palavras-chave: Prouni, Democratização do Ensino Superior, Estado da Arte.

INTRODUÇÃO

Numa sociedade em que o conhecimento transcende os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, é cada vez maior a importância da educação superior. Apesar deste pressuposto, o Brasil, no conjunto da América Latina, apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, a porcentagem de matriculados na educação superior brasileira em 2009, em relação à população de 18 a 24 anos é de apenas 18,5%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente: Chile (43%), Venezuela (26%) e Bolívia (28%). (INEP, 2009).

¹ Este trabalho é embasado nos resultados de duas pesquisas finalizadas, a saber: 1) “PROUNI e Inclusão social” - Pesquisa interinstitucional concluída em 2010, financiada pela Capes/Inep – Observatório da Educação – coordenada por Maria Margarida Limena (PUC/SP); Maria Lucia Rodrigues (PUC/SP); Izabel Petraglia (Uninove) e, 2) Tese de doutoramento de José Ângelo Ferreira: Compreensão do Sujeito Bolsista em Relação ao Programa Universidade Para Todos – Prouni, à Luz do Pensamento Complexo; Pós- Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – São Paulo, 2012.

² Pós-Doutora pelo Centro Edgar Morin, da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* - EHESS, Paris. Doutora em Educação, pela Universidade de São Paulo - USP. Psicóloga e pedagoga. Professora e pesquisadora do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, em São Paulo. É também pesquisadora do COMPLEXUS – Núcleo de estudos da complexidade, da PUC/SP e do GRECOM – Grupo de estudos da complexidade, da UFRN. izabelpetraglia@terra.com.br

³ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho; Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Administração pelo *Middlesex County College* – New Jersey – EUA e em Pedagogia pela Faculdade Pitágoras de Londrina. Professor e coordenador do Curso de Administração da Faculdade Pitágoras, Campus Londrina. Jaf1979@gmail.com

Visando atenuar as desigualdades e possibilitar o acesso ao ensino superior de qualidade a negros, deficientes, indígenas, estudantes da rede pública de ensino e de baixa renda, o governo editou a Medida Provisória Nº 213/2004 depois institucionalizado pela Lei Nº. 11.096 de 18 de janeiro de 2005, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas, garantindo o acesso ao ensino superior e oferecendo isenção de tributos àquelas IES que aderissem ao Programa como contrapartida. Essas ações vão ao encontro das metas do Plano Nacional de Educação, que previa a presença, até 2010, de, pelo menos, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, hoje restrita a 18,5%.

Não obstante às diversas lacunas, a democratização do acesso ao ensino superior começa desmistificando o que cada ser humano carrega em sua identidade, cujas características são apresentadas pela cor, sexo, classe econômica e classe social, e que influenciam nas perspectivas de trabalho, na progressão da carreira, no desempenho educacional, no acesso ao ensino superior, na participação na vida pública. (GERALDO, 2007).

Para melhor compreensão das dimensões deste Programa, o presente trabalho pretendeu detectar e discutir os temas da pesquisa sobre o Programa Universidade Para Todos - PROUNI, atualizando o conjunto de estudos que compuseram um estado da arte deste tema.

A pesquisa foi centrada no tema PROUNI, independente a área do Programa de Pós-Graduação e o levantamento e análise ficaram restritos a produção de pesquisadores de instituições universitárias, independente ao programa de pós-graduação *stricto sensu*. No segundo momento, a partir do universo pesquisado, o nosso objetivo foi o de apontar categorias de análise que foram identificadas e, destacaremos para análise: Democratização do Ensino Superior, cujo enfoque corresponde a 20% dos estudos levantados.

1. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Definidas como de caráter bibliográfico, as pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, trazem em comum o desafio de mapear e de discutir certas produções acadêmicas em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e de que formas e condições têm sido produzidas dissertações de mestrado, teses de doutorado e publicações.

Essa compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, afim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses. (SOARES, 1987).

O Estado da Arte é uma parte importante do trabalho científico, uma vez que faz referência ao que já se tem descoberto sobre o assunto pesquisado, evitando que se perca tempo com investigações desnecessárias. Além disso, auxilia na melhoria e desenvolvimento de novos postulados, conceitos e paradigmas. Trata-se de uma atividade árdua por ser crítica e reflexiva, visto que não se deve iniciar um processo de apropriação de dados sem refletir sobre eles, sem relacioná-los com a temática desenvolvida, sem interagir com o autor, apresentando um novo texto, com força argumentativa e conclusões adquiridas pela reflexão.

E sua primeira etapa a pesquisa baseou-se no levantamento das dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o PROUNI. Os trabalhos foram identificados através da pesquisa de palavras-chave e analisados os conteúdos pelos resumos das obras elaborados pelos seus autores.

A consulta se deu através do catálogo eletrônico do Banco de Teses da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, que reúne em seu acervo hoje, 458.657 resumos de

teses, congregando informações básicas de pesquisas de pós-graduação stricto sensu - mestrado e doutorado - das diversas áreas e subáreas do conhecimento humano, desenvolvidas em Instituições de Ensino Superior - IES - públicas e particulares de todo o território nacional e defendidas a partir de 1987, permitindo também o acesso aos textos completos de artigos selecionados de revistas internacionais, nacionais e estrangeiras.

Foram consultados também os Bancos de Teses e Dissertações de diversas Universidades brasileiras⁴. Identificados os trabalhos pertinentes ao estado da arte, fez-se uma análise do conteúdo das pesquisas. Essa análise compreendeu a verificação de objetivos, problemas de pesquisa, abordagens teóricas, tipos e metodologias de pesquisa e conclusões, terminando com a apreciação crítica dos pesquisadores. Em seguida, foram identificadas as categorias de análise e apresentados em gráficos que contribuíram para melhor visualização e compreensão do estudo, para posterior discussão.

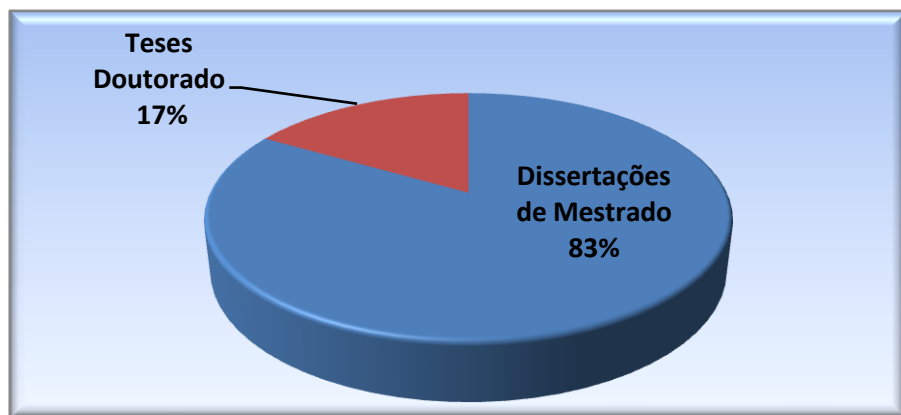
2. ESTATÍSTICAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O TEMA

A distribuição dessa produção indica uma média anual de pouco mais de cinco teses ou dissertações (QUADRO I). Os dados levantados demonstram uma predominância na produção de dissertações de mestrado em relação às teses de doutoramento (GRÁFICO 1)

2.1 A distribuição da produção acadêmica

Entre 2006 e 2010 foram apuradas 30 teses e dissertações acadêmicas. Há um predomínio das dissertações de mestrado, que constituem 83% da produção, enquanto as teses de doutoramento representam apenas 17% do total:

Gráfico 1 - Distribuição da produção acadêmica: Doutorado e Mestrado



Fonte: Autores

⁴ As Universidades pesquisadas foram: Universidade Federal de Alagoas, Pontifícia Universidade Católica de Salvador, Universidade Federal do Ceará, Centro Universitário de Brasília, Universidade Católica de Brasília, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Universidade Tuiuti do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Escola Superior de Teologia Religião e Educação de São Leopoldo-RS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Nove de Julho, no período de 2006 a 2010.

A distribuição dessa produção indica uma média anual de pouco mais de 7 teses ou dissertações. A produção acadêmica é mais numerosa em 2007 (36,6% do total) e menos numerosa em 2006 (3,30%) (QUADRO I).

Quadro I - Distribuição da produção acadêmica no período 2006-2010

ANO	Dissertação	%	Tese	%	Total	%
2006	1	3,3	0	0,0	1	3,3
2007	10	33,3	1	3,3	11	36,6
2008	6	20,0	2	6,6	8	26,6
2009	6	20,0	2	6,6	8	26,6
2010	2	6,6	0	0	2	6,6
TOTAL	25	83,3	5	16,7	30	100

Fonte: Autores

2.2. Distribuição geográfica da produção acadêmica

A produção acadêmica defendidas no período 2006-2010 sobre o tema PROUNI, manifestada em número de teses e dissertações, está concentrada na Região Sudeste do país onde o Estado de São Paulo responde isoladamente por 30% da produção nacional e 69% da região sudeste. Na região sul, a concentração de produção acadêmica esta no Estado do Rio Grande do Sul com 62,5% e na Região Nordeste destacam-se os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, ambos com 29% da produção acadêmica.

O Distrito Federal responde isoladamente por 100% das pesquisas da Região Centro-Oeste e na Região Norte não foram encontradas produções sobre o Tema. (QUADRO II).

3. CATEGORIAS DE ANÁLISE

A análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (Vergara, 2005, p. 15). Bardin (1977, P. 42) conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das que permitam a dedução de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

A técnica da análise temática ou categorial, de acordo com Bardin (2004, pg 111), baseia-se em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação, e posteriormente, realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias.

Para Bardin, a categorização “[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (2004, p. 111).

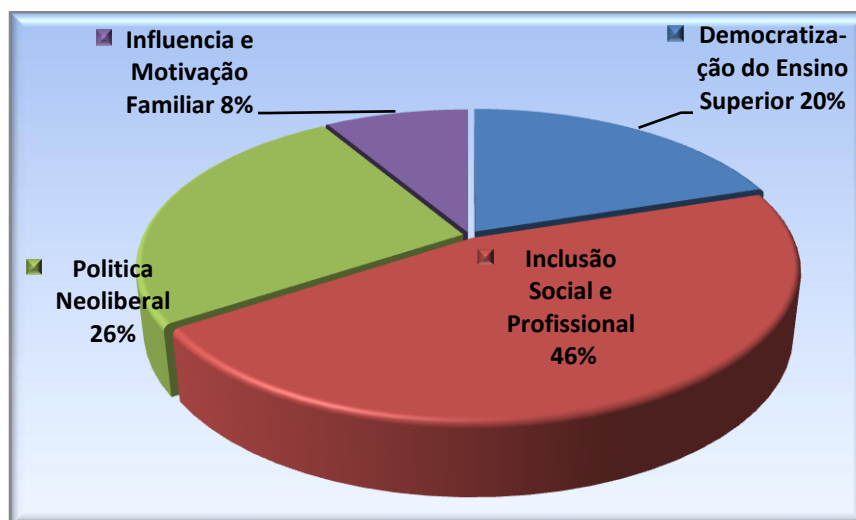
Emergiram dos trabalhos pesquisados, quatro categorias: **Inclusão Social e Profissional; Democratização do Ensino Superior; Política Neoliberal; Influência e Motivação Familiar.**

3.1 Representação gráfica das categorias

Foi apontada por 46% dos trabalhos pesquisados, a categoria Inclusão Social e Profissional, seguida da categoria Política Neoliberal em 26% das pesquisas estudadas. A categoria Democratização do Ensino

Superior, objeto deste trabalho foi apontada em 20% dos estudos dos pesquisadores e a categoria Influência e Motivação Familiar em 9% dos trabalhos analisados (GRÁFICO 2).

Gráfico 2 – Representação de Categorias de Análise

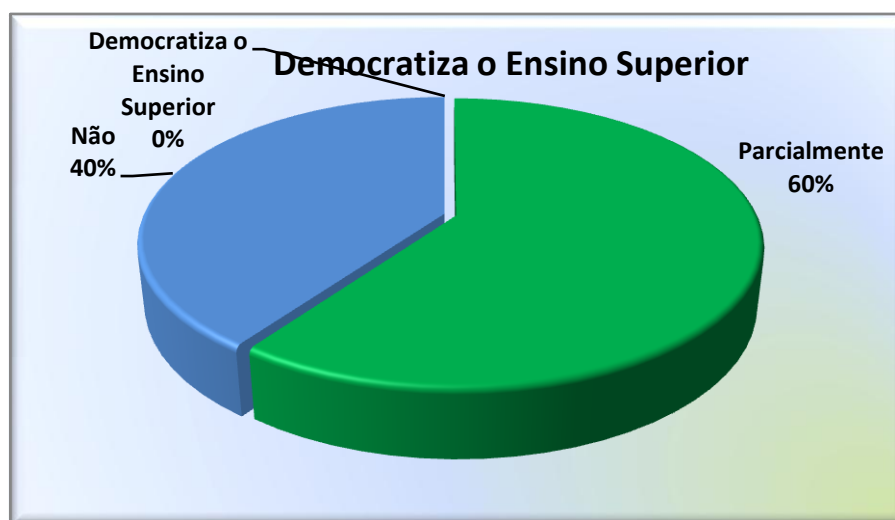


Fonte: Autores

3.2 Desdobramento da categoria democratização do ensino superior

Na Categoria Democratização do Ensino Superior, 60% dos trabalhos concluíram que o PROUNI democratiza o Ensino Superior e 40% que democratiza parcialmente.

Gráfico 3 – Democratiza o Ensino Superior



Fonte: Autores

3.3 Breve retrospectiva histórica da educação no Brasil

Em 1931, pelo Decreto n.º 19.851, foi instituído o estatuto das universidades brasileiras e reconstrução do ensino secundário. Esse decreto tornou facultativo o ensino religioso, causando forte reação da Igreja Católica. A partir dessa reação, surgiu a idéia de formular um manifesto, no qual constaria “o sentido fundamental da política brasileira da educação” (AZEVEDO, 1996).

Os liberais, em 1932, na tentativa de influenciar as diretrizes governamentais, publicam o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Segundo Ghiraldelli Jr (1994), que defendia sobremaneira a reformulação da política educacional, visando a uma escola pública obrigatória, laica e gratuita para a população e pelos princípios pedagógicos renovados inspirados nas teorias de Dewey, Kilpatrick e outros.

A Assembléia Geral das Nações Unidas – ONU aprova em dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, do qual o Brasil é signatário, e nessa Declaração consta que um dos direitos contemplados é o direito à educação.

Em 20 de dezembro de 1961, é promulgada a Lei nº 4024/61 que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Foi o primeiro documento sobre as diretrizes e bases da educação nacional e, segundo SAVIANI (1997), a Lei nº 4024/61 era uma lei inócua, valendo lembrar que antes disso, não havia no Brasil uma lei específica para a educação.

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Visando organizar o ensino ao novo quadro político (golpe militar de 1964), como instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica, ajusta-se a LDB 4.024/61, não sendo considerado pelo governo militar a necessidade de editar por completo a lei em questão.

A Lei 5.540/68 (da Reforma Universitária) estabeleceu o fim da cátedra e a departamentalização, ou seja, o parcelamento do trabalho na universidade instituiu os cursos problema da falta de vagas e criou uma estrutura burocrática para dar suporte ao parcelamento e fragmentação do trabalho na universidade.

A Lei 5.692/71, de maneira geral, objetivou direcionar o ensino para a qualificação profissional dos ginásios orientados para o trabalho (GOT) e a implantação da profissionalização compulsória no ensino de 2º grau (CLARK; NASCIMENTO & SILVA, 2005), em compasso direto com a preparação para um mercado de trabalho altamente rotativo, dentro do modelo de industrialização e crescimento econômico associado e dependente do capital estrangeiro.

Em 1968, o então Presidente Costa e Silva, sanciona a Lei n.º 5.465, que regulamenta o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola através da reserva de cotas para os agricultores ou para os filhos dos mesmos em estabelecimentos de ensino médio e nas Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária mantidos pela União. Em 6 de setembro de 1968, através da promulgação do Decreto n.º 63.223, o Brasil ratifica a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação .

Em agosto de 1986, na IV Conferência Brasileira de Educação, cujo tema central era a educação e a constituinte, foi aprovada a Carta de Goiânia contendo as propostas dos educadores participantes da Conferência, para o Capítulo da Constituição de 1988, referente à Educação.

A Constituição de 1988 Capítulo III, Artigo 205 define

“A educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

e no Artigo 206 parágrafo I tem com princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Em 16 de dezembro de 1996, é aprovada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O tema da educação superior inicia-se no Capítulo IV – Da Educação Superior, sendo abordada dos artigos 43 a 57, especificamente, normas referentes à estrutura e ao funcionamento do ensino superior no Brasil.

Em 09 de janeiro de 2001, aprova a lei do Plano Nacional de Educação. O PNE busca ações integradas dos três níveis de governo, criando um entrelaçamento intergovernamental, consubstanciado no regime de colaboração, e abre as portas para a integração intragovernamental, isto é, no âmbito de cada governo, para que não se compartimentem as políticas sociais (BRASIL e, 2001).

O Projeto de Lei nº 7200/2006 apresentado no Congresso Nacional de Reforma Universitária em 12 de junho de 2006, é fruto de diversos espaços de discussões e com a participação de várias entidades da área educacional. O Projeto entre outras medidas previa uma série de modificações no sistema educacional superior brasileiro, dentre elas, a necessidade de expansão de vagas na universidade tendo como objetivo maior a inclusão de jovens na Educação Superior.

Em 2007 o governo lança mais um plano com um novo prazo de cumprimento dos objetivos até 2022, o Plano de Desenvolvimento da Educação. No PDE, nenhum plano de metas anunciado pelos governos anteriores é levado em consideração, não é feito um diagnóstico mais completo, nem um panorama de perspectivas, limita-se a estabelecer novas metas a serem alcançadas, se consolidando como mais um programa de governo, e não um programa estrutural de Estado, por não levar em conta as metas estabelecidas anteriormente em relação à educação brasileira.

3.3.1 O acesso à educação superior

As universidades públicas não comportam o grande número de jovens cursando o ensino médio, que segundo dados do MEC/INEP vêm progressivamente aumentando. As faculdades particulares, por sua vez, estão proliferando por todo o país, porém o alto custo das suas mensalidades não encontra aporte financeiro na maioria da população. O governo, procura suprir a falta de vagas e a desigualdade gerada criando políticas e medidas que buscam garantir maior igualdade de oportunidades.

O Programa de Crédito Educativo foi originariamente implantado em 1976, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste pelo MEC e no segundo semestre daquele ano foi estendido a todas as instituições universitárias do país reconhecidas e autorizadas pelo MEC.

Em 1999 é instituído o FIEL Programa de Financiamento Estudantil – FIES em substituição ao Programa de Crédito Educativo, destinado a financiar a graduação no ensino superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação.

Em 13 de janeiro de 2005, através da Lei nº 11.096, é instituído o Programa Universidade para Todos do MEC que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção daquelas instituições, como: pagamento do imposto de renda de pessoa jurídica, da contribuição social sobre lucro líquido, do PIS e da Cofins; as instituições privadas que aderirem deverão oferecer 10% de suas vagas em bolsas de estudo; as instituições filantrópicas deverão oferecer 20% de gratuidade, já exigidos pela lei, exclusivamente em bolsas de estudo, não mais em outros tipos de atendimento, de difícil controle e contabilização

Aprovado em janeiro de 2001, o ProUni leva em consideração a necessidade econômica do candidato, ou se o mesmo é portador de deficiência, ou se pertence a grupos historicamente excluídos do ensino superior.

O ProUni fixa o prazo de dez anos para que a educação superior absorva 30% da população da faixa etária de 18 a 24 anos, é o primeiro programa de bolsa de estudos para candidatos em instituições de

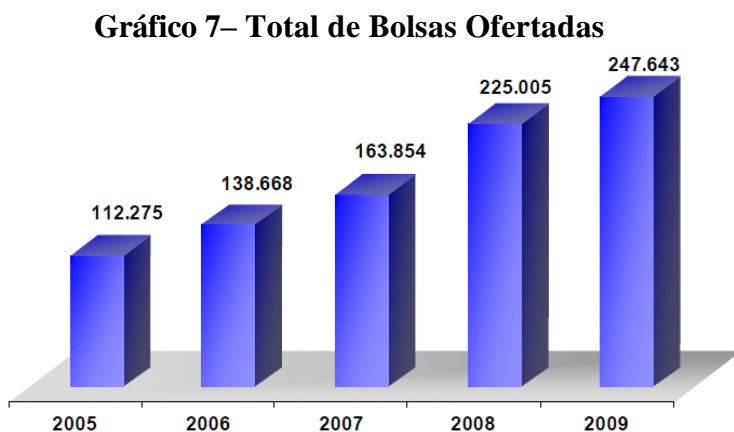
ensino superior particulares, já que anteriormente existiam apenas programas para instituições públicas. Neste mesmo sentido, Castro (2005) se manifesta:

No Brasil, o governo não oferece nenhum programa de bolsas de estudo com base no mérito ou na necessidade econômica para estudantes da graduação fora do setor público. O ProUni, que está sendo introduzido em 2005, pode preencher parcialmente esta lacuna, oferecendo bolsas com base na necessidade econômica – na verdade, conjugando critérios de rede escolar de origem (tem que ser pública) e de proporcionalidade ‘étnica’ da população. (CASTRO, 2005).

O ProUni possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, o convênio de estágio MEC/CAIXA e o FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

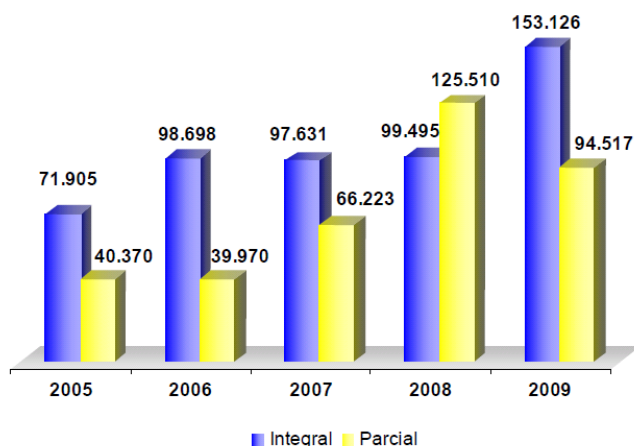
Assim, o Programa Universidade para Todos, somado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, a Universidade Aberta do Brasil e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a oferta de educação superior até 2011 para, pelo menos, 30% dos jovens de 18 a 24 anos.

O ProUni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do primeiro semestre de 2010, 887.445 alunos. Deste total 520.855 alunos foram atendidos com bolsas integrais e 366.590 alunos com bolsas parciais:



Fonte: SISPROUNI 08/07/2009

Gráfico 8– Total de Bolsas Ofertadas Parciais e Integrais



Fonte: SISPROUNI 08/07/2009

Diante da relevância do problema, justifica-se que, 40% dos trabalhos pesquisados tratam do tema do PROUNI como um Programa que democratiza o Ensino Superior e 60% que democratiza parcialmente, podendo ser evidenciado em:

“[...] o programa parece ser resultado de muitos investimentos anteriores para garantir a ampliação de vagas no ensino superior, considerando o baixo percentual hoje de jovens matriculados em cursos superiores. Observou-se na pesquisa que alguns jovens teriam muitas dificuldades de ingressarem na universidade senão através do ProUni. O recorte social que o programa garante inclui uma parcela da população que não teria acesso a uma vaga na universidade pública (alto número de concorrentes e localização nas capitais), muito menos às mensalidades praticadas nas instituições privadas...” (ESTACIA, 2009).

“[...] no que se refere aos principais programas mantidos e criados pelo Governo Federal entre os anos de 2003 e 2006, o FIES, o PROUNI e o Sistema de Cotas, são programas que buscam facilitar o acesso à educação superior das pessoas historicamente excluídas desse nível de ensino...” (CORCINE, 2007).

“[...] portanto, o PROUNI é um programa que está realmente promovendo o acesso ao ensino superior aos jovens de baixa renda, ou seja, aqueles que não obtiveram êxito em adentrar um uma IES pública, ou ainda aqueles que não conseguiram entrar nas IES particulares pela falta de condições financeiras de arcar com a mensalidade de curso e demais despesas decorrentes...” (MELLO, 2007).

“[...] mistificação ou não, o Programa Universidade Para Todos está possibilitando o acesso (não democratização) aos jovens de baixa renda o acesso ao ensino superior...” (MELLO, 2007).

“[...] o programa é um primeiro passo no sentido de garantir o acesso de jovens à universidade, não somente dos jovens, diga-se de passagem, mas também àqueles que tiveram seu sonho adiado por anos, e agora finalmente possui uma chance de cursar

uma graduação. No universo da pesquisa, 10,46% dos estudantes tinha mais de 31 anos, o que demonstra que o programa abre novas perspectivas não só aos jovens, mas também a outra parcela importante da sociedade...” (COSTA, 2008).

“[...] e foi nesse sentido, mascarado por um discurso demagógico de “democratizar” o acesso ao ensino superior, que o governo encaminhou ao Congresso Nacional, em maio de 2004, o Programa Universidade para Todos – ProUni...” (ALMEIDA, 2006).

“[...] após análise feita dos dados, chega-se a algumas conclusões. O que se pode observar é que as políticas públicas e sociais brasileiras são utilizadas pela população de baixa renda, ou de classes menos favorecidas, mas antes de beneficiar a estas, elas servem primeiro a uma pequena população, seja de políticos, de pequenos empresários que detêm o poder e de outros grupos privilegiados...” (SOARES, 2009).

“[...] o ProUni foi importante na garantia de acesso de milhões de jovens à universidade, e há diversos dados que comprovam essa afirmativa . Na Região Metropolitana do Vale do Aço, a iniciativa trouxe alento à ausência de instituições...” (OLIVEIRA, 2009).

4. ESTADO DA ARTE

Vários trabalhos acadêmicos têm o PROUNI, apesar de ser um programa recente, como objeto de estudo. Destacam-se abaixo as dissertações e teses, dentre as pesquisadas que trataram da categoria **Democratização do Ensino Superior**:

1. **Titulo:** Alunos do PROUNI da Universidade de Passo Fundo: trajetórias, percepções/sentimentos e aproveitamento acadêmico. Passo Fundo, 2009. Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Ano: 2009
Autor: Maria Aparecida T. Estácia
2. **Titulo:** Políticas públicas de acesso à educação superior no Brasil. Curitiba, 98.111p. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Ano: 2007
Autor: Milena Maria Corcini
3. **Titulo:** Política pública para o acesso ao ensino superior: o prouni no contexto do centro universitário do leste de minas gerais. São Leopoldo, 2009. Mestrado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
Ano: 2009
Autor: Edna Imaculada Inácio de Oliveira
4. **Titulo:** Programa universidade para todos – prouni: acesso ao Ensino superior e qualificação. Para quê? Curitiba, 2007.141p. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná.
Ano: 2007
Autor: Cleverson Molinari Mello
5. **Titulo:** Universidade para todos: o PROUNI na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior. Campinas, 2009.121p. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação na área de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
Ano: 2009

Autor: Maria Aparecida de Almeida

6. Título: O programa universidade para todos (prouni) e as políticas sociais: o caso do município de campos dos goytacazes. Campos dos Goytacazes, 2009. Mestrado em Políticas Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Ano: 2009

Autor: Josete Pereira Peres Soares

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões das pesquisas, embora realizadas em lugares e tempos distintos, demonstram que o ProUni possibilitou o acesso das classes, anteriormente excluídas da educação superior e que, sem a implantação desse Programa o acesso às universidades continuaria destinado às classes mais privilegiadas, sobretudo, no que tange ao Ensino Superior Privado que, representa, atualmente, mais de 70% das vagas nesse nível de ensino..

Identificamos nos trabalhos que, o PROUNI, para a maioria dos autores, é articulado como proposta de ação afirmativa de democratização, uma vez que busca dar condições de acesso aos cidadãos menos favorecidos, os quais se encontram à margem do processo educacional, condição *sine qua non* para atingir projeção social e econômica em uma sociedade globalizante e neoliberal.

Vale, entretanto destacar, que para 40% dos pesquisadores, as reais perspectivas do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em relação ao ensino superior, estão cada vez mais influenciadas pelos princípios neoliberais que utilizam os subsídios indiretos destinados ao segmento, para financiamento das bolsas de estudos, integrais ou parciais, destinadas aos estudantes de baixa renda.

É sabido que nem o PROUNI e nem outras ações isoladas resolverão o problema de séculos de desigualdade e nem darão conta do enorme déficit do sistema educacional brasileiro, de uma hora para outra. Mas, a privação do saber é um problema histórico tão fundamental que conduz à regressão da democracia e uma democratização cognitiva é o primeiro passo para a reforma do pensamento, tão urgente diante dos múltiplos e complexos problemas, que exige a tomada de consciência dos cidadãos e ações políticas imperativas, urgentes e duradouras.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Aparecida de. **Universidade para todos: o PROUNI na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior.** Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação na área de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2004.

BONETI, Lindomar Wessler. “**Educação inclusiva ou acesso à educação?**” In: ANAIS da 28º Encontro da ANPED. *GT- Política de educação superior.* Caxambu, MG: 2005.

BRASIL. **PROUNI sai mais barato que o previsto.** Ministério da Educação. Disponível em: //http: www.mec.gov.br/>acesso em 30/08/2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Senado Federal, UNESCO 2001.

CAPES <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

CORCINI, Milena Maria. **Políticas públicas de acesso à educação superior no Brasil**. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2007.

CURY, Carlos R. Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. São Paulo: Cortez, 2005.

ESTÁCIA, Maria Aparecida T. **Alunos do PROUNI da Universidade de Passo Fundo: trajetórias, percepções/sentimentos e aproveitamento acadêmico**. Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, 2009.

INEP http://inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news09_05.htm. Acesso em 28 de janeiro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Síntese de Indicadores sociais, 2008**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2008/default.shtm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2011.

MEC http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13346:bolsistas-revelam-em-pesquisa-as-vantagens-da-graduacao&catid=212. Acesso em 04 de fevereiro de 2011

MEDIDA PROVISÓRIA n. 213, de 10 de setembro de 2004. Institui o Programa Universidade para todos - PROUNI regula atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 set. 2004. Seção 3. BRASIL. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/prouni>. Acesso em 03 de janeiro de 2011.

MELLO, Cleverson Molinari. **Programa universidade para todos – PROUNI: acesso ao Ensino superior e qualificação. Para quê?** Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2007

MINAYO, M.C (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

Ministério da Educação. SINAES. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>>. Acesso em: 4 jul 2010.

OLIVEIRA, Edna Imaculada Inácio de. **Política pública para o acesso ao ensino superior: o prouni no contexto do centro universitário do leste de minas gerais**. Mestrado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2009.

SOARES, Josete Pereira Peres. **O programa universidade para todos (prouni) e as políticas sociais: o caso do município de campos dos goytacazes**. Mestrado em Políticas Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2009.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.